

27 organizações da sociedade civil europeia pedem a António Costa que endureça os mecanismos de controlo na aplicação dos fundos europeus

Lisboa, 15 de outubro de 2020 – A Transparência e Integridade, Associação Cívica, juntou-se aos capítulos europeus da Transparency International, rede global de ONGs anti-corrupção, que enviaram ontem uma carta aberta à chanceler alemã **Angela Merkel**, na qualidade de presidente da União Europeia; **Charles Michel**, presidente do Conselho Europeu; **David-Maria Sassoli**, presidente do Parlamento Europeu; e **Ursula von der Leyen**, presidente da Comissão Europeia; e aos chefes de governo dos 27 Estados-membros da União Europeia. Além da rede Transparency International, associaram-se a esta iniciativa outras organizações da sociedade civil preocupadas com o futuro da Europa.

O objeto da carta, que incluímos em anexo, é o Quadro Financeiro Plurianual que a União Europeia está a preparar para responder à crise da COVID-19 e o valor dos fundos europeus a atribuir a cada país para os próximos sete anos.

O nosso principal objetivo é alertar as instituições europeias para os riscos acrescidos de corrupção e de mau uso dos fundos que pertencem a todos os cidadãos europeus, especialmente numa altura em que vários governos europeus, incluindo aquele a que Vossa Excelência preside, propõem a flexibilização e simplificação dos mecanismos de controlo na aplicação dos recursos europeus, aumentando desta forma e significativamente os riscos de fraude na utilização dos fundos da União Europeia.

Pelo contrário, as medidas de controlo merecem ser reforçadas, os decisores públicos em todos os Estados-Membros têm de ser responsabilizados, e devem ser criadas as condições necessárias e adequadas a um maior escrutínio sobre o uso do apoio financeiro proveniente da União Europeia por parte de todos os setores da sociedade civil.

As propostas apresentadas dividem-se em três categorias:

1. Pedido de orientações e regras mais rigorosas do Quadro Financeiro Plurianual no que diz respeito à programação e utilização dos fundos europeus;
2. Maior disponibilidade e qualidade dos dados para monitorizar a aplicação dada aos fundos da União Europeia: orçamento, despesas, contratação pública e empresas, incluindo os registos dos beneficiários finais ou efetivos; e
3. Medidas adicionais independentes e externas para projetos e programa de elevado valor, uma vez que representam riscos acrescidos de corrupção.

A responsabilidade do governo português em todo este processo é tão mais acrescida se tivermos em conta que Portugal irá assumir a presidência da União Europeia a 1 de janeiro de 2020.

O próximo Quadro Financeiro Plurianual e os fundos adicionais a que os Estados-membros terão acesso a partir de outras instituições financeiras devem financiar exclusivamente o progresso e o bem comum. Não

devem financiar metas político-partidárias, nem ir parar aos bolsos de atores corruptos. Instamos por isso o governo português a apresentar e incluir disposições imediatas para proteger os compromissos financeiros comuns da União Europeia e, por extensão, as perspetivas de uma União Europeia robusta e próspera.

A União Europeia não pode apenas estabelecer um precedente para a recuperação económica. Pode e deve tornar-se na referência mundial em matéria de supervisão aberta, participativa e eficaz, que salvaguarda os recursos públicos da fraude e corrupção.

Citações

“A proposta de flexibilização e simplificação dos mecanismos de controlo na aplicação dos recursos europeus apresentada por António Costa é incompreensível à luz das diretivas e das melhores práticas europeias. Numa altura em que o parlamento se prepara para aprovar medidas de controlo mais flexíveis e simplificadas para aplicar os recursos europeus, aumentando significativamente os riscos de fraude na utilização dos fundos da União Europeia, o que pedimos na nossa missiva é que se reforcem medidas de prevenção da corrupção e se permita que sejam criadas as condições necessárias e adequadas a um maior escrutínio liderado pela sociedade civil.

– Susana Coroado, presidente da Transparência e Integridade

“Os líderes da União Europeia deveriam considerar a incorporação de mecanismos de monitorização independentes e em tempo real para grandes projetos de obras públicas através de ferramentas como o Pacto de Integridade na próxima ronda de financiamento. Há provas de que o Pacto de Integridade ajuda a proteger os fundos da União Europeia contra a corrupção e a fraude. Através do trabalho em estreita colaboração com as comunidades afetadas, grupos da sociedade civil local podem ajudar os próprios cidadãos da União Europeia a tornarem-se guardiães de importantes contratos públicos destinados a melhorar as suas vidas”.

– Delia Ferreira Rubio, presidente da Transparency International

Notas aos editores

Os signatários desta carta conjunta incluem os capítulos nacionais de Transparency International em toda a União Europeia, bem como parceiros locais que, atualmente, monitorizam grandes projetos de obras públicas cofinanciados pela União Europeia através de Pactos de Integridade. [Desde 2016 que a Transparência e Integridade lidera em Portugal um projeto deste género, em conjunto com a DGPC.](#)

Um Pacto de Integridade é um mecanismo de monitorização em tempo real dos procedimentos de contratação pública, criado pela Transparency International nos anos 1990. Compromete uma autoridade contratante e os proponentes a cumprir as melhores práticas e a máxima transparência. Um terceiro ator, geralmente uma organização da sociedade civil, monitoriza o processo e informa atempadamente o público e as autoridades relevantes das suas conclusões, sugerindo ações preventivas ou corretivas.

Como parte do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, foram utilizados Pactos de Integridade para salvaguardar fundos da UE em 11 países para 18 contratos públicos, em diferentes sectores, através de um projeto pilotado pela Transparency International e 15 parceiros nacionais em colaboração com a DG REGIO e financiado pela Comissão Europeia.

Em 2019, o [Tribunal de Contas Europeu reconheceu os Pactos de Integridade](#) como uma "medida inovadora de prevenção da fraude".

Também em 2019, o projeto [ganhou o prémio do Provedor de Justiça Europeu para a Boa Administração na categoria de "Excelência em Administração Aberta"](#).

Para mais informações, por favor visite o [site europeu](#) ou [o nosso site dedicado ao programa em Portugal](#).

Sobre a Transparência e Integridade

A Transparência e Integridade é o capítulo português da Transparency International, coligação global anti-corrupção presente em mais de 100 países. Criada em 2010, está também acreditada como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, é o Ponto de Contato em Portugal do Pilar da Sociedade Civil da Comunidade das Democracias e membro da Tax Justice Network.

Através de investigação, informação e sensibilização sobre as causas e as consequências da corrupção e da má governança e do desenvolvimento de ferramentas práticas de monitorização cívica, tem como missão mobilizar cidadãos e organizações públicas e privadas em prol da transparência e integridade públicas, em nome de uma democracia mais participada e inclusiva.

Para esclarecimentos, contactar:

João Oliveira

+351 914 243 379

joao.oliveira@transparencia.pt